

# Estado mantém escolas funcionando sem regulamentação

Inauguradas há quase dois anos, algumas com discursos e bandas de música, 64 das 324 escolas de Segundo Grau mantidas pela Secretaria estadual de Educação funcionam sem regulamentação oficial. Nenhum desses estabelecimentos — 19 no Rio e os restantes na Baixada e interior — teve seu ato de criação ou de transformação assinado pelo Governador Leonel Brizola.

Duas razões, segundo os próprios funcionários da Secretaria, estão por trás da demora na regulamentação dessas escolas: a excessiva burocracia da máquina administrativa e a escolha dos nomes dos patronos, cuja relação apresentada pela Coordenação do Segundo Grau foi vetada em parte pelo Governador.

— Para que toda a situação fique normalizada, basta o despacho do Governador. E isso acontecerá nos próximos dias — assegura a Secretaria estadual de Educação, Yara Vargas.

Mas os professores e alunos dessas escolas — algumas funcionando precariamente — já ouviram essa promessa desde o início deste ano letivo, quando o Governador recebeu a relação dos nomes dos novos estabelecimentos de ensino de Segundo Grau.

Uma funcionária graduada da Secretaria de Educação admite que a inauguração dessas escolas se deu de forma apressada:

— Essas escolas foram inauguradas para eliminar de uma vez por todas com a concessão de bolsas de estudo para o Segundo Grau. E isso nós conseguimos — afirma.

Na verdade, as escolas que permanecem funcionando irregularmente — 25 por cento das existentes em todo Estado — não foram instaladas em prédios novos. No Rio, todas passaram a funcionar à noite em escolas municipais de Primeiro Grau. E, no interior, a Secretaria estadual de Educação aproveitou o espaço ocioso de suas escolas de Primeiro Grau.

## Critérios políticos provocam

Enquanto alunos e professores aguardam a regularização de suas escolas, o Governador Leonel Brizola pensa no melhor nome para homenagear os patronos. E a avaliação do Governador — baseada em critérios políticos — vem sendo feita desde março do ano passado, quando o Departamento de Educação da Secretaria encaminhou ao Palácio Guanabara a relação das novas escolas.

De saída, Brizola discordou do nome de sua mãe, Oniva Brizola, incluída na relação, como patrona de uma escola em Realengo. Demagogia ou não, o Governador considerou que não ficaria bem.

— Nós queríamos agradá-lo, homenageando sua mãe, que sozinha alfabetizou todos os filhos, mas parece que ele entendeu diferente — comentou uma funcionária da Secretaria, que participou da comissão responsável pela escolha dos nomes das escolas.

Brizola também não concordou com a inclusão do nome de Alceu de Amoroso Lima (o Tristão de Athay-

— Nós adotamos a filosofia do Darcy Ribeiro. Estamos na fase do fazimento e não do planejamento — alega a Secretária Yara Vargas, para justificar a existência dessas escolas sem regulamentação oficial.

Para os alunos, no entanto, o problema não é tão simples, em especial para aqueles que estão cursando a terceira série do Segundo Grau. Carlos Henrique Lemos dos Santos, 21 anos, que se forma este ano pelo Colégio Estadual Benedito Cerqueira, ainda não sabe como e quando vai conseguir seu diploma de conclusão do curso. Na mesma situação está seu colega de turma Laécio Bonade da Silva, 23 anos, que pretende tentar o vestibular para Ciências Contábeis.

**Alunos que se formam este ano e pretendem ir para a faculdade não sabem quando receberão o diploma**

— Mas sem diploma, como é que vai ser? — pergunta Laécio preocupado.

— E natural que esses meninos reclamem e protestem. Eles passaram muitos anos reprimidos pelo autoritarismo. Só que os protestos não têm sentido. O diploma deles vai sair, nem que seja através de outra escola com a situação normalizada — garante a Secretária Yara Vargas.

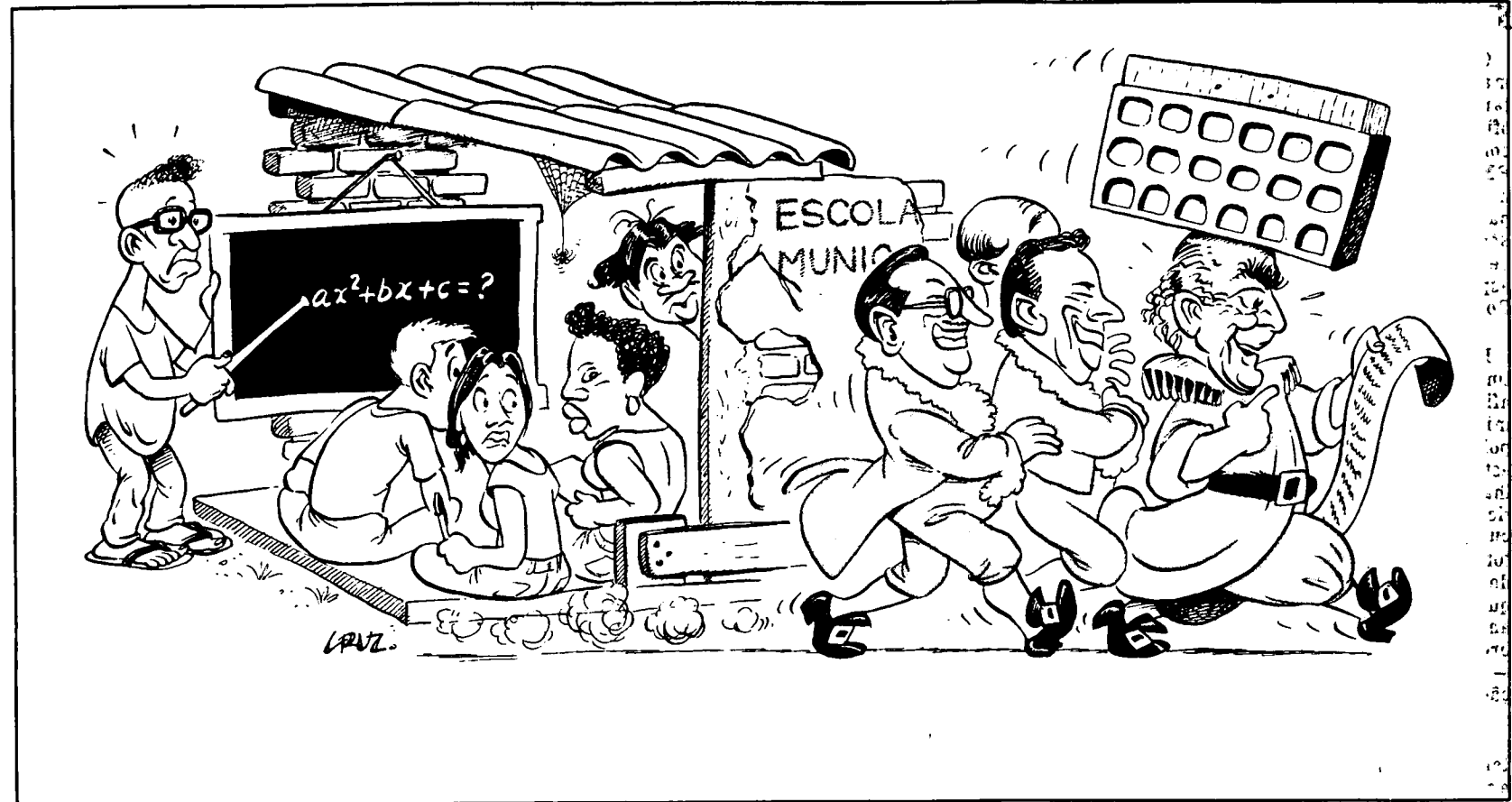
Carlos Henrique e Laécio já ouviram falar que o diploma poderia ser expedido por outra escola do Estado, mas nenhum deles sabe ao certo como vai funcionar esse artifício.

— Se, para regularizar a situação da nossa escola, eles estão levando

de) como patrono de uma pequena escola de cinco salas de aula em Larnajeiras, bairro onde o escritor católico viveu. Para o Governador, a figura de Tristão de Athayde deve ser homenageada num dos Cieps, o orgulho de sua administração.

**Na escolha dos nomes, Governador deixou o critério de lado ao escolher o de seu cunhado, João Goulart**

De acordo com a avaliação de Brizola — segundo comentam funcionários da Secretaria —, cada escola deve receber o nome certo para o lugar certo. Por exemplo: as escolas do interior ou dos bairros mais afastados devem receber o nome de pessoas ligadas à comunidade local. E as personalidades de maior expressão devem ser homenageadas em obras de



esse tempo todo, eu fico imaginando como é que a gente vai resolver o problema de um simples diploma. Deve ter processo para lá e para cá, passando por núcleo (posto avançado da Secretaria em cada região do Município), Departamento de Educação... — diz um deles, desconfiado.

Carlos Henrique e Laécio lembram que a indefinição em relação ao diploma tem desestimulado bastante os alunos da última série. E citam um dado concreto: sua turma, que tinha no início do ano 36 alunos, agora ficou reduzida a 18.

## dificuldades

maior vulto.

Mas o critério de avaliação do Governador não parece muito rigoroso: o ex-Presidente João Goulart, seu cunhado, companheiro de partido e de exílio, teve seu nome ligado a uma escola discreta em Jacarepaguá.

O Governador não criou objeções a dar o nome do escritor Graciliano Ramos a uma pequena escola no Jardim América, como também a homenagear o gênio Charles Chaplin num escondido estabelecimento em Bento Ribeiro.

Os funcionários responsáveis pela elaboração da lista das novas escolas confessam que não haviam pensado em critérios políticos na escolha dos nomes.

— Nós só pensamos em homenagear grandes personalidades brasileiras e estrangeiras e países africanos, em especial as novas repúblicas de língua portuguesa, como Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde — explicou um deles.

## Abandono de colégio provocará evasão de 50%

Dois anos depois de inaugurado, o Colégio Estadual Benedito Cerqueira — uma das 64 chamadas escolas fantasmas — começa a sentir as consequências do abandono e da improvisação: a evasão de alunos, que, este ano, deve chegar aos 50 por cento.

A participação do Estado no funcionamento da Benedito Cerqueira limita-se praticamente ao pagamento dos salários dos professores das oito turmas do Segundo Grau. O resto — de papel para impressão de provas e vassouras — fica por conta dos alunos da comunidade ligada à Associação dos Moradores da Área Alcobaça, rua do bairro de Anchieta onde o colégio está instalado, num prédio pertencente à Escola Municipal Mário Pirajibe.

Para administrar o colégio, há apenas um funcionário: o Diretor Luís Carlos Cabral, ou melhor, o "responsável pelo expediente" (sem regularização, essas escolas não podem ter diretores). O trabalho da secretaria é feito por duas alunas — Tânia Mauricéia e Ana Lúcia de Carvalho — que aproveitam os inter-

valos para preencher fichas de colegas, organizar horários de professores, regularizar diárias de chamadas, boletins de conceitos e outras tarefas burocráticas.

Ana Lúcia de Carvalho lembra que a situação já foi bem pior. O Colégio Benedito Cerqueira iniciou suas atividades em março do ano passado sem professores.

**O Colégio Estadual Benedito Cerqueira iniciou atividades sem professor e os alunos davam as aulas**

— Os próprios alunos eram selecionados pelo Diretor para dar aulas. Quem entendia mais de Matemática, dava aula de Matemática. Quem sabia mais História, ensinava História e assim por diante — conta ela.

Os professores começaram a chegar a partir de maio e hoje todas as

vagas estão preenchidas. Mas ainda há muitos problemas a resolver: a faxina é feita, gratuitamente, pelo vendedor de doces Santiago da Silva, de 57 anos, morador da Rua Alcobaça. O filho de Santiago, Paulo César da Silva, de 21 anos, também sem remuneração, trabalha como porteiro das 19 às 22h30m.

A compra de grande parte do material — giz, papel, vassouras, produtos de limpeza — só é possível com a contribuição voluntária dos alunos e da comunidade, que gira em torno de Cr\$ 30 mil por pessoa por ano. Já a Diretora do Colégio Estadual Rose Klabin, Maria Helena Rodrigues, garante que tudo isso é invenção:

— Não existe problema nenhum. Aqui na minha escola não falta nada. E tudo uma questão de iniciativa: quando eu preciso de material, vou à Secretaria e consigo.

O Presidente do Grêmio Estudantil Colégio Charles Chaplin, José Maurício Viana, embora moderado, não chega a ser tão contundente quando a Diretora do Rose Klabin.

— Existem muitos problemas, mas o Governador vai resolver, inclusive a regularização das escolas — opina.